

Roubo e violência doméstica lideram pauta criminal dos MPs Estaduais



[Anuário Público Brasil 2022](#). A publicação está disponível na [livraria ConJur](#), em sua versão impressa.

Organizado como um espelho da Justiça estadual, o

Ministério Público dos Estados está presente em 26 unidades da Federação – o Ministério Público do Distrito Federal, embora tenha as mesmas atribuições e estrutura dos congêneres estaduais faz parte do Ministério Público da União.

Somados, os MPs estaduais representam a maior parcela do Ministério Público do Brasil: são mais de 10 mil promotores e procuradores de Justiça, que produziram 9,3 milhões de procedimentos judiciais e mais de quatro milhões de feitos extrajudiciais (os dados se referem a 2020). E consumiram um orçamento de R\$ 18,3 bilhões.

Ao comentar as demandas que mais impactaram o trabalho do Ministério Público dos estados, procuradores-gerais de Justiça chamaram atenção para o aumento dos casos de violência contra a mulher, em função do confinamento provocado pela epidemia. Mais tempo em convívio com o agressor, maiores as chances de agressões. Foi o tema com mais inquéritos policiais recebidos pelo MP em 2020 no Pará, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em Mato Grosso, por exemplo.

Mas o tema que mais gerou denúncias ao Judiciário foram os crimes contra o patrimônio, o roubo, que lideraram as demandas na maior parte dos MPs estaduais. A depender da violência no estado, contudo, os homicídios figuram no topo dos inquéritos policiais também. O relatório *MP Um Retrato*, do

CNMP, não detalha se houve esclarecimento dos crimes ou não. O que se sabe é que de um milhão de casos, 888 mil foram sobre homicídio simples e qualificado, o que representa

MPE EM NÚMEROS

Promotores de Justiça	8.455
Procuradores de Justiça	1.896
Total de membros	10.351
Servidores	24.402
Estagiários	14.852
Total de prédios	3.299
Orçamento em 2021*	R\$ 18,3 bilhões

Fonte: MP Um Retrato 2021, CNMP (ano base 2020)

* Somados os orçamentos de todos os MPes

Os assuntos campeões na atuação extrajudicial são

relacionados a crianças e adolescentes (23%), saúde (20%) e improbidade administrativa (15%). Na esfera da atuação judicial, os delitos que mais aparecem são crimes patrimoniais (36%), violência doméstica (12%) e crimes contra a liberdade pessoal (11%), que incluem, por exemplo, ameaças e constrangimento ilegal.

Com uma atuação em que a matéria penal tem grande peso, os Ministérios Públicos dos estados receberam de braços abertos a regulamentação dos acordos de não persecução penal pela Lei 13.964/2019. O MP do Ceará celebrou esses acordos com pessoas residentes no município de Barreira que confessaram ter apresentado informações falsas ao solicitar o auxílio emergencial. O MP de Pernambuco homologou o primeiro ANPP ambiental para a cidade de Feira Nova, com o objetivo de erradicar o lixo a céu aberto que vinha sendo mantido na cidade. O fim dos lixões é uma das metas da atual gestão do MP-PE.

PROCESSOS	Cível	Criminal	Execução
Recebidos	3.691.616	5.528.539	75.969
Ações propostas	65.397	1.135.390	
Recursos	326.033	239.358	26.880
Manifestação em 1º Grau	1.846.835		1.113.818
Manifestação em 2º Grau	416.845	254.960	266
Manifestação nos tribunais superiores	1.547	787	63

O MP de São Paulo atingiu 23 mil acordos de não persecução celebrados, marca mais expressiva até agora dentre os MPEs. Para o MP-SP, esse número reflete uma política criminal que remonta a 2018 na instituição, de se propiciar uma Justiça Penal negociada no estado. O delito mais frequente em que o MP-SP tem feito acordos é a embriaguez ao volante. Na visão do órgão, os acordos podem representar uma

ra esses dados e já o estado.

EXTRAJUDICIAL

PROCESSOS	Inquéritos Cíveis	Notícias de fato	PIC	Inquéritos Policiais	TCO
Recebidos				2.640.392	1.418.051
Instaurados	98.574	1.014.774	20.460		
Finalizados	82.705	875.054	10.828		
Em andamento	246.401	542.934	26.275	2.122.659	
Arquivamento com TAC	7.465		5.911	714.647	250.385
sem TAC	42.925				
Petições/Denúncias	12.863	38.532	3.293	1.066.470	65.627

Uma das metas da PGJ de Mato Grosso do Sul foi fomentar a resolutividade por meio de uma Justiça

MAIORES DEMANDAS EM MATÉRIA CRIMINAL

TEMAS MAIS RECORRENTES EM INQUÉRITOS POLICIAIS

Crimes contra o patrimônio	869.739	36%
Violência doméstica	305.278	12,6%
Crimes contra a liberdade pessoal	277.373	11,5%
Tráfico de drogas	240.874	9,9%
Crimes de trânsito	190.955	7,9%
Homicídio	188.149	7,8%
Crimes contra a dignidade sexual	128.968	5,3%
Crimes contra o sistema nacional de armas	119.100	4,9%
Crimes contra a administração pública	49.640	2%
Crimes contra o meio ambiente	40.414	1,6%

O rol de assuntos não é exaustivo. Foram considerados os dez temas tabulados pelo MP Um Retrato 2020. Fonte: MP Um Retrato 2021, CNMP (ano base 2020)

ar, o procurador-geral Alexandre Magno Benites
la no Código de Processo Civil para que em todas as
és da judicialização. Segundo o relatório MP Um
o estado em 2020.

Em 2021, o MP-ES finalizou a digitalização do seu

acervo extrajudicial, estando agora com 100% dos procedimentos tramitando de forma eletrônica no Sistema de Gestão de Autos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Gampes). O Ministério Público de Goiás também ficou 100% digital em 2021. A migração completa foi finalizada em junho, quando já haviam sido criados mais de 84 mil autos administrativos digitais e 27 mil autos extrajudiciais digitais, permitindo o envio imediato dos procedimentos após a movimentação. No MP-SP, todas as mudanças implementadas na atual gestão têm a digitalização como marca, a exemplo da plataforma Atendimento ao Cidadão, na qual a população pode acionar o MP-SP virtualmente. A maioria dos MPs estaduais ampliou seus canais de comunicação com os cidadãos. Apesar disso, o acesso à internet ainda é difícil para a população mais pobre.

MAIORES DEMANDAS EM MATÉRIA CÍVEL

TEMAS MAIS RECORRENTES EM INQUÉRITOS CÍVIS E NOTÍCIAS DE FATO

Criança e adolescente	147.567	23,2%
Saúde	129.993	20,4%
Improbidade administrativa	95.115	14,9%
Meio ambiente	79.979	12,5%
Pessoa idosa	75.033	11,8%
Consumidor	45.863	7,2%
Educação	27.741	4,3%
Ordem urbanística	23.078	3,6%
Pessoas com deficiência	10.652	1,6%

O rol de assuntos não é exaustivo. Foram considerados os nove temas tabulados pelo MP Um Retrato 2021. Fonte: MP Um Retrato 2021, CNMP (ano base 2020)

O trabalho remoto imposto forçosamente pela crise

sanitária da covid-19 está sendo avaliado no MP de cada unidade da federação. “Preocupa-nos implementar um modelo de trabalho presencial que seja coerente com a atuação do MP-DF”, diz a PGJ do Distrito Federal, Fabiana Costa. Lá o retorno integral às atividades presenciais se deu em janeiro de 2022. Também o PGJ do Maranhão tem restrições ao modelo remoto: “O MP está longe do cidadão, dentro do gabinete e longe das ruas.” A solução encontrada na epidemia foi ampliar os canais de comunicação para receber denúncias da população.

Mas há quem defenda o teletrabalho. “Os números mostram que a produtividade aumentou consideravelmente, não tendo havido nenhum tipo de prejuízo às atividades desempenhadas. O teletrabalho possibilitou que pessoas lotadas em uma unidade ministerial pudessem atender remotamente em lugar de outras com maior carga de serviço, potencializando nossa força de trabalho e a resposta à sociedade”, explica Elaine Cardoso, PGJ do Rio Grande do Norte.

O ano de 2021 teve também catástrofes ambientais. No Acre, o MP participou do esforço do poder público diante de uma enchente histórica, com mais de 130 mil pessoas (15% da população do estado) afetadas, uma crise imigratória e um surto de dengue. A Bahia sofreu com fortes chuvas. O ano de 2020 foi o que teve mais registros de fogo no Pantanal desde o fim da década de 1990, com os MPs de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul trabalhando tanto na repressão como na prevenção.

Anuário do Ministério Público Brasil 2022

ISSN: 2675-7346

Edição: 2021 | 2022

Número de páginas: 204

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui](#))

Versão digital: acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça*

Veja quem apoiou esta edição do Anuário do Ministério Público Brasil 2022

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Bottini & Tamasauskas Advogados

Dannemann Siemsen Advogados

Décio Freire Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados

JBS S.A.

Milaré Advogados

Mudrovitsch Advogados

Original 123 Assessoria de Imprensa

Refit

Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associado

Date Created

07/04/2022